

“As Trabalhadoras Rurais Sem Terra e a Questão de Gênero no contexto da Luta pela Terra no Assentamento Nova Ipiranga”

Maria Rosa do Carmo Oliveira: vermelha_flor@hotmail.com
Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB
Estudante do Curso de Especialização em História do Brasil – UESC

Introdução

O referido texto discorre de algumas reflexões realizadas a partir da literatura consultada como subsidio a pesquisa em curso sobre “A Questão de Gênero entre os trabalhadores e as trabalhadoras rurais Sem Terra, no Assentamento Nova Ipiranga”, localizado no município de Camacan - Sul da Bahia no período de 1996-2000, o qual se refere ao início da luta destes trabalhadores e consolidação do referido assentamento. Busca-se compreender as relações de gênero entre os trabalhadores e as trabalhadoras rurais, no contexto da luta e conquista do assentamento, identificando como se configuravam as hierarquias de gênero no processo de luta pela terra, caracterizando as transformações/permanências das relações de gênero e sua relação com as orientações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, analisar por fim, a participação econômica das mulheres trabalhadoras rurais na organização social do assentamento.

No contexto da luta pela Reforma Agrária, nos últimos tempos tem sido evidenciada simultaneamente a luta dos movimentos sociais pela alteração das estruturas fundiária brasileira e os constantes debates acerca das questões de gênero, haja vista que a atuação do conjunto da família nos processos de luta tem-se evidenciado com bastante força, inclusive a participação das mulheres.

Portanto, pensar a respeito das relações de gênero a partir de sua construção teórica e da trajetória das trabalhadoras rurais no contexto de suas lutas específicas, e no conjunto da luta pela terra, tem-se constituído a nosso ver, uma possibilidade de repensar o papel da história frente a esses processos.

A Questão de Gênero enquanto relações socialmente construídas.

Verifica-se que até a mudança dos paradigmas da História, as pessoas comuns, como os camponeses, os operários, e as mulheres, entre outros, estavam à mercê das memórias históricas produzidas pela historiografia tradicional, que até então sempre deu visibilidade aos grandes homens, aos grandes heróis, aos vencedores das grandes batalhas. Ressaltam-se aqui as contribuições da história Social, da História das mentalidades e da História Cultural.

É através do crescimento do movimento feminista a partir de 1960, que surge uma forte demanda de informações, o que levou estudantes e docentes a se mobilizarem, também, em torno da instauração nas universidades de cursos dedicados ao estudo das mulheres. Como resultado desta questão, e em certa medida como uma compensação surgiu a partir da década de 1973, na França, Inglaterra e nos EUA, cursos e colóquios que realizavam estudos sobre as mulheres, espalhando-se pela Europa, América Latina e chegando ao Brasil, buscando de alguma forma, incluir as mulheres não só como objeto de estudo, mas como sujeitos da história.

“ A emergência da História das mulheres como campo de estudo acompanhou as campanhas feministas para melhoria das condições profissionais e envolveu a expansão dos limites da história. Mas está não foi uma operação direta ou linear, não foi simplesmente uma questão de adicionar algo que estava anteriormente faltando. Em vez disso, há uma incomoda ambigüidade inerente ao projeto da história das mulheres, pois ela é ao mesmo tempo um suplemento inócuo á história estabelecida e um deslocamento radical dessa história. (SCOTT, 1992, p.75)

Neste contexto, as pesquisas sobre a ação, as lutas das mulheres decorreu em duas vertentes: uma preocupada com os movimentos organizados visando à conquista de direitos de cidadania, aqui colocado o movimento feminista e outra, referente às manifestações informais que se expressavam em diferentes formas de intervenção e atuação feminina.

Ainda referente à história das mulheres, lembremos que ela encontra-se relacionada á discussão das questões de gênero, termo utilizado na década de 1970 para teorizar a questão da diferença sexual, inicialmente empregado pelas feministas americanas que insistiam no caráter social das distinções baseadas no sexo.

Posteriormente, a palavra gênero se tornou uma indicação das construções sociais sobre os papéis atribuídos aos homens e as mulheres e às relações desiguais.

“A emergência da história das mulheres como campo de estudo envolve, nesta interpretação, uma evolução do feminismo para as mulheres e daí para o gênero; ou seja, da política para a história especializada e daí para a análise.” (SCOTT,1991, p.65).

A Temática de Gênero é, ainda, uma discussão complexa, pois implica “mexer” com concepções de mundo, comportamento, valores e relações sociais que são consideradas “naturais”. Trata-se de discutir fundamentalmente as relações sociais de desigualdades entre homens e mulheres e, em contraponto, as lutas protagonizadas pelas mulheres, em reivindicação a seus direitos, em defesa de sua participação ativa nas decisões políticas, pela construção de novas relações de gênero entre homens e mulheres.

Nesse sentido afirma Joan Scott,

Que o instrumental de gênero elucida as realidades históricas construídas, que definem no âmbito cultural e social o que significa ser mulher e ser homem (...) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado as relações de poder (SCOTT, p.14).

Portanto, a forma como a experiência das mulheres seria incluída e apresentada na história dependeria também da maneira como a questão de gênero poderia ser utilizada como uma categoria de análise. A sinalização dos historiadores com a história que iria incluir as falas dos oprimidos perpassava pelo entendimento de que as desigualdades de poder, por exemplo, se organizavam pelo menos em três eixos: a questão de gênero, de classe e de raça, de maneira que a preocupação em articular esses três eixos estava explicitada. Conseqüentemente, a história das mulheres não requeria somente uma história narrativa, e sim uma reflexão crítica, que visibilizasse os posicionamentos, em relação as desigualdades de gênero, a opressão vivida por tantas mulheres na história, assim como sua atuação política, sua resistência, sua coragem e suas conquistas.

Para Scott,

“ Historicizar gênero, enfatizar os significados variáveis e contraditórios atribuídos a diferença sexual,os processos políticos através dos quais esses significados são construídos,a instabilidade e maleabilidade das categorias

“mulheres” e “homens”, e os modos pelos quais essas categorias se articulam em termos da outra, embora de maneira não consistente ou da mesma maneira em cada momento (SCOTT, 1994:24-26).

No Brasil, a luta pelo direito ao voto feminino, as denúncias contra a exploração do trabalho infantil e a violência sexual, a luta contra a ditadura, a organização do movimento de mulheres pela Anistia e contra a carestia e a defesa da igualdade de gênero, constituíram situações que mobilizaram as mulheres. Nesse contexto de lutas femininas, as trabalhadoras rurais também se levantaram em defesa dos direitos previdenciários e da saúde pública, organizando e articulando as mulheres do campo.

É diante do contexto de lutas protagonizada pelas mulheres que a categoria gênero foi utilizada inicialmente pelo movimento feminista americano, que insistiam no caráter social das distinções baseadas no sexo, posteriormente a palavra gênero se tornou uma indicação das construções sociais sobre os papéis atribuídos ao homem e a mulher. Mas é a partir das contribuições da historiadora norte-americana Joan Scott que essa categoria se constitui como instrumento de análise das relações sociais, rompendo com a visão que naturaliza as relações estabelecidas entre homens e mulheres, Segundo SCOTT (1992:14)...o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado as relações de poder.

Por fim, refletir essa categoria enquanto uma construção social nos permite analisar as diferentes instituições e práticas sociais como constituídas e constituintes das relações de gênero, e também das relações de classe, revendo o discurso histórico, que negou em certa medida ainda nega a visibilidade de tantas mulheres, por exemplo, perpetuando uma construção de subordinação e passividade desata em relação aos demais sujeitos da História.

As trabalhadoras Rurais: refletindo as relações de gênero na luta pela terra.

A História das trabalhadoras rurais no Brasil é marcada pela exclusão. Exclusão que se somou durante muito tempo a sua condição de classe explorada e marginalizada, com uma forte discriminação de gênero.

No trabalho o seu papel muitas vezes era subestimado e entendido como ajuda na família. É importante lembrarmos que as trabalhadoras rurais enquanto sujeitos de seu próprio destino, só se realiza a partir da trajetória das suas organizações de mulheres ou em movimentos sociais que realizam lutas no início da década de 80, onde buscaram o seu reconhecimento social enquanto trabalhadoras rurais e lutaram por direito a sindicalização, á previdências social e aposentadoria, á propriedade da terra, e aos serviços de saúde e trabalho.

No trabalho “Os movimentos de trabalhadoras e as sociedade Brasileira” de Paola Cappellin Giuliani, a mesma realiza uma reflexão panorâmica acerca da organização das trabalhadoras, a partir das conjunturas enfrentadas pelas mesmas em seus esforços para atingir a cidadania social – entendida pela autora, como a cidadania referente aos direitos no mundo do trabalho, frisando sua análise nos movimentos de trabalhadoras do campo e da cidade, suas mobilizações e o próprio conteúdo de suas reivindicações ligadas aos direitos trabalhistas; registrando assim as plataformas de lutas e relatos sobre a discriminação e a segregação sexual como fontes de denúncias e de demandas de novos direitos

A referida estudiosa conclui seu estudo fazendo algumas pontuações importantes acerca da trajetória das trabalhadoras, como: a participação das mulheres nos movimentos sociais do campo, que vai desencadear em lutas pelo reconhecimento destas mulheres como trabalhadoras rurais, por exemplo; nos sindicatos, onde as mulheres vão disputar e se inserir nas diretorias; nos movimentos populares, onde vão organizar mobilizações em torno de lutas sociais como direito a saúde da mulher; nos clubes de mães, nos grupos d e jovens, nas associações de bairros, etc.; outro elemento é a questão da feminilidade e da masculinidade e das relações de gênero que entra como tema de debate no interior das relações de trabalho; a questão da cidadania social, pautada pelas mulheres no mundo do trabalho, que no contexto das lutas protagonizadas pelas mesmas vão ser também pautadas a questão da igualdade entre homens e

mulheres, através da partilha de responsabilidades, das decisões, na convivência familiar e na execução de diferentes atividades.

Considerando que o conceito de gênero é uma construção social, Nobre (1998,p.16),ao tratar desse conceito no âmbito da agricultura familiar, o vincula a divisão sexual do trabalho, mostrando que esta se dá a partir da aceitação de que o homem produz e a mulher reproduz. A divisão sexual do trabalho, diz Nobre (op.cit),leva,por sua vez,ao conceito de relações de gênero;um dos aspectos a considerar nessa análise é a relação de hierarquia prevalecente entre os gêneros,que tem sua origem no processo de socialização que atribui diferentes papéis a homens e mulheres.

Nobre concluiu dizendo,

“ Essas análises nos fazem refletir sobre as questões estratégicas envolvidas no fortalecimento das mulheres enquanto agricultoras. O fundamental é ter sempre presente as mulheres como sujeitos que, por sua ação política definem quais questões adquirem formas estratégicas para mudar as relações de gênero.”(NOBRE.1998,p.23)

A participação das mulheres trabalhadoras rurais nos diversos movimentos no início da década de 80, como por exemplo, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST),tem dado visibilidade em certa medida a atuação das mulheres nos processos de ocupação de terras,organizando os acampamentos e o cultivo produtivo. Entretanto também nesses espaços, como na organização desses acampamentos, segundo Giuliani (2004: p.648) “ as mulheres vão desempenhar diversos papéis:são produtoras rurais, organizadoras das atividades domésticas e também muito ativas nas mobilizações constituídas para resistir a violência de policiais,proprietários ou especuladores.

Para Pinto (1992), a inserção das mulheres nos movimentos sociais possibilita que a mulher deixe de atuar apenas no limite do privado,provocando novas relações no interior da família e seu entorno. “A luta pela terra, que atualmente se configura na organização de acampamentos e posteriormente em assentamentos, se revela como um momento importante para a constituição de novas relações de gênero, ou seja, a construção social do ser “homem” ou ser “ mulher” e em função desta construção serão atribuídos papéis sociais a serem desempenhados nestes espaços constituídos com a luta. Segundo o estudo da Rua e da Abramovay,“...a fase do acampamento também é aquela de maior participação das mulheres: participam das

reuniões, opinam e ,sobretudo, fazem a experiência da argumentação política, espaço onde sempre estiveram excluídas...” (2000;258)

Entretanto, o mesmo estudo aponta que a fase posterior, a do assentamento, no que diz respeito às relações de gênero, o que é observado é um recuo na divisão sexual do trabalho. Neste ínterim, sabemos que historicamente as mulheres trabalhadoras rurais, enfrentam diversos obstáculos econômico e sólidas barreiras culturais e sociais.

Para Ligia Albuquerque de Melo,

“diferentemente do que se supõem e é apresentado por vários autores que estudam a pequena produção, as mulheres nos assentamentos não são apenas ajudantes dos maridos. Elas tem uma participação ativa, tanto no processo de produção quanto no de comercialização”(MELO :2002:258)

Em estudo realizado anteriormente, verificamos que a participação política e social das trabalhadoras rurais do Assentamento Nova Ipiranga, por exemplo, se diferenciava dos demais Assentamentos pesquisados (Terra Vista/Arataca; Luanda/Itajuípe e Nova Ipiranga/Camacan), a partir da especificidade da autonomia econômica destas trabalhadoras, que desenvolviam naquele momento diversas práticas produtivas, o que nos leva a crer que essa especificidade na participação efetiva na organização da produção agrícola possibilitou a transformação nas relações de gênero.

Ainda segundo a Rua e Abramovay (2000), a construção de novas relações de gênero entre homens e mulheres remete ao esforço de mudança da ordem social como um todo. Com este fim, as iniciativas baseadas na construção de identidades coletivas, novos códigos de valores e normas de interação social beneficiam-se das práticas associativas tal qual empreendidas pelos movimentos sociais rurais como o MST.

Por fim nos debruçamos diante da necessidade de analisar os processos de relações de gênero vivenciados pelas trabalhadoras e trabalhadores rurais na experiência coletiva do MST, que formam novos sujeitos, que também produzem uma identidade política e cultural na região Sul da Bahia.

Considerações

Diante das leituras e reflexões realizadas, compreendemos que perceber como se articulam as relações de gênero no contexto das lutas sociais, de maneira particular no contexto da luta pela terra, perpassa pelo entendimento dos processos vivenciados anteriormente por esses sujeitos - Homens e Mulheres. Assim como SCOTT (1994:19), compreendemos que é preciso “Examinar gênero concretamente, contextualmente e de considerá-lo um fenômeno histórico, produzindo, reproduzindo e transformando em diferentes situações ao longo do tempo”.

Em relação às trabalhadoras rurais, verificamos sua atuação nas mobilizações e lutas para reivindicar melhores condições de vida desde o início da década de 80, lutas que vão se caracterizar em um primeiro momento na busca pelos espaços dentro dos sindicatos onde vão demandar também a luta pelos direitos trabalhistas e sociais, como o salário, a aposentadoria, o acesso a saúde, a licença maternidade, seguida da luta política para o reconhecimento das mesmas enquanto trabalhadoras rurais, construindo, portanto uma identidade de classe.

Por fim, ainda são muitos os caminhos a trilhar em nosso estudo, de maneira que pretendemos elucidar a construção das relações de gênero dentro dos processos históricos como caminho para compreendermos os trabalhadores e as trabalhadoras rurais em seus processos na luta pela terra.

Bibliografia

SOIHET. Rachel. PEDRO. Joana MARIA. **A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero.** In. **História e Gênero.** Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, vol. 27, n.54-jul/dez 2007.

RUA, M.G. e Abromovay. **Companheiras de Luta ou “coordenadoras de painelas.** Brasília: UNESCO, 2000.

SCOTT. Joan. **Preface a gender and politics of history.** Cadernos Pagu, n.3, Campinas/SP, 1994.

_____. **História das mulheres.** In. BURKE, Peter (org.). tradução de Margarida Lopes. **A Escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____. **Gênero: Uma categoria útil de análise histórica.** Porto Alegre: Ed. E Realidade, 1990.

MAIA REIS. Sylvia Maria. **Gênero, geração de renda e conservação ambiental no projeto Jupará.** Ilhéus: UFBA.

_____. **A participação da mulher na geração de renda de famílias assentadas na região cacauceira-BA.** Dissertação de Mestrado, UFBA. 2001.

PINTO. Celi Regina Jardim. **Movimentos Sociais: espaços privilegiados das mulheres enquanto sujeito político.** In. Costa, Albertina de Oliveira, Bruschini, Cristina (orgs). **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro: Rosas dos tempos, 1992.

Nobre. Miriam. **Relações de gênero e agricultura familiar.** In. **Feminismo e Luta das mulheres: análise e debates.** Miriam Nobre; Nalu Farias; Maria Lúcia Silveira. São Paulo: SOF, 2005.

DELBONI. Claudia. **Mulheres da Terra: participação na luta pelos direitos sociais.** Dissertação de Mestrado, USP: 2008.

GIULANI. Paola Cappellin. **Os Movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira.** In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 7. Ed, 2004.